
ESQUECIDOS DA INTEGRAÇÃO: BREVE REFLEXÃO SOBRE USURPAÇÃO DO TERRITÓRIO NAS MARGENS DA RODOVIA TRANSOCEÂNICA - EM MADRE DE DIOS NA AMAZÔNIA PERUANA

**FORGOTTEN OF THE INTEGRATION: BRIEF REFLECTION OF THE TERRITORY
USURPATION ON THE BANKS OF THE TRANSOCEANIC HIGHWAY IN MADRE DE
DIOS, IN PERUVIAN AMAZON**

**OLVIDADO DE LA INTEGRACIÓN: BREVE REFLEXIÓN SOBRE LA USURPACIÓN DEL
TERRITORIO EN LAS ORILLAS DE LA CARRETERA TRANSOCEÁNICA – EN MADRE
DE DIOS, EN LA AMAZONIA PERUANA**

Silvio Simione da Silva¹
Manoel Calaça²

RESUMO: Este ensaio geográfico demonstra as formas das interconexões e articulações que se processam pelas redes econômicas, via o Programa Iniciativa de Integração regional Sul-Americana (IIRSA), sob a lógica do capitalismo integracionista global, mas com ampla interferência na realidade local. Teve como base observações feitas em pesquisas de campo, na Região de Madre de Dios, no Sudeste da República do Peru, em territórios Amazônicos. Utilizou informações obtidas nos locais visitados, pesquisas em meios de comunicação e referenciais bibliográficos. Baseando-se nas formas que o capitalismo se efetiva na região, pode-se questionar a validade de uma questão “ambiental” ou mesmo “integracionista”, desprendida da transcendência nas questões agrárias e urbanas que conjunturalmente está na essência da formação desigual do capitalismo.

Palavras-chave: Integração regional. Produção do espaço. Impactos. Segregação social. Amazônia Peruana.

ABSTRACT: This geographic essay demonstrates the forms of interconnections and articulations that are processed by economic networks, via the IIRSA Program, under the logic of global integrationist capitalism, but with wide interference in the local reality. They were based on the observations made in field research, in the Madre de Dios Region, in the Southeast of the Republic of Peru, in Amazonian territories. We sought to use information

¹ Professor associado no Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre - CFCH/UFAC, atuando nos Cursos de graduação em Geografia e no Mestrado de Geografia – UFAC. Graduado em Geografia da UFAC; Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Pós Doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG. E-mail: ssimione@gmail.com.

² Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro/UNESP-Rio Claro; Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Rio Claro. Professor Titular da Universidade Federal de Goiás. E-mail: manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em novembro de 2020.

obtained in the places visited, research in the media and bibliographic references. Based on the ways in which capitalism takes effect in the region, one can question the validity of an “environmental” or even “integrationist” issue, detached from the transcendence in agrarian and urban issues that is at the heart of the unequal formation of capitalism.

Keywords: Regional integration. Space production. Impacts. Social Segregativo. Peruvian Amazon.

RESUMEN Este ensayo geográfico demuestra las formas de interconexiones y articulaciones que son procesadas por las redes económicas, a través del Programa IIRSA, bajo la lógica del capitalismo integracionista global, pero con una amplia interferencia en la realidad local. Se basaron en las observaciones realizadas en la investigación de campo, en la región de Madre de Dios, en el sureste de la República del Perú, en los territorios amazónicos. Buscamos utilizar la información obtenida en los lugares visitados, la investigación en los medios y las referencias bibliográficas. Con base en las formas en que el capitalismo surte efecto en la región, uno puede cuestionar la validez de una cuestión “ambiental” o incluso “integracionista”, separado de la trascendencia en los asuntos agrarios y urbanos que está en el corazón de la formación desigual del capitalismo.

Palabras clave: Integración regional. Producción de espacio. Impactos. Segregación social. Amazonia peruana.

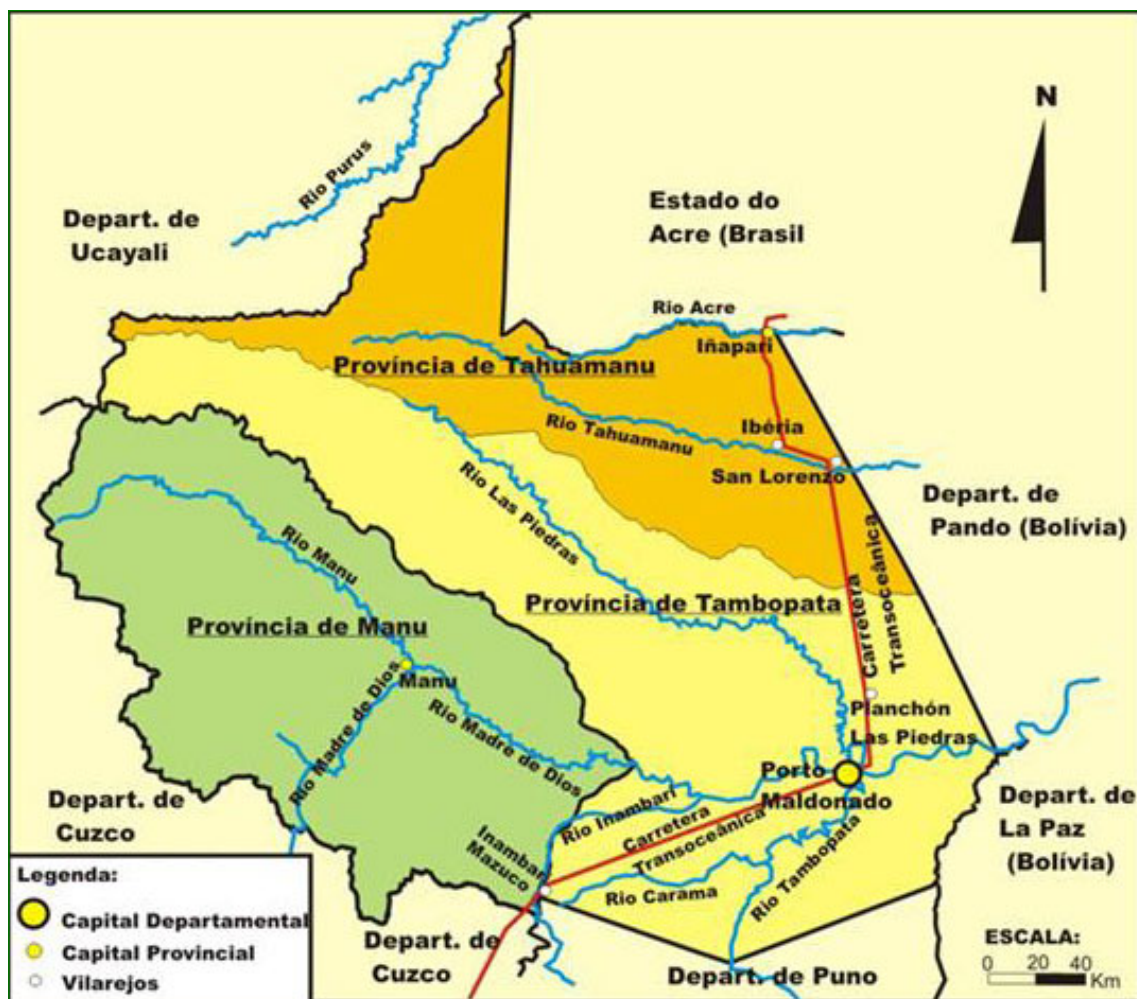
INTRODUÇÃO

Este trabalho é um breve ensaio teórico para uma leitura geográfica da realidade local, a partir de observações feitas em pesquisas de campo, na Região de Madre de Dios, na porção sudeste da República do Peru (Figura 1), em território Amazônico. Buscou-se demonstrar as formas de interconexões articuladas de ações que se processam pelas redes da economia global, via o Programa IIRSA. Tudo isso sob a lógica do capitalismo integracionista no plano global, mas com ampla capacidade de interferência na realidade local; pois, no local - o espaço de todos, é onde tudo acontece, onde os efeitos e defeitos são vividos, sentidos, assimilados e/ou combatidos. Com isto, demonstra-se que nesta realidade ao se situar localmente, estes processos promovem a geografização real da situação materializada nas obras físico-estruturais seus efeitos sobre o espaço produzido.

Assim se procedeu às bases da pesquisa pela análise das informações obtidas nos locais visitados, pelas observações sistematizadas e pesquisas em meios de comunicação e nos referenciais bibliográficos. Processando-se tudo isto, foi possível uma incipiente, mas considerável compreensão dos processos em curso, nesse momento de extensão da rede globalizada da economia mundial sobre as terras sul-americanas.

Percebeu assim que a lógica de tudo isso é parte de tramas maiores da reprodução do capital mundial, em que as imbricações traçadas na realidade, nos leva a revalorizar as bases das disputas de interesses antagônicos expressas nos impactos e conflitos gerados sob o domínio do espaço local (como expressão das lutas de classe). Sendo estas iniciativas chamadas de desenvolvimentos, muitas vezes estão escamoteadas, submergidas sob signo de conceitos (ideologias – “campos de cegueiras”) que não nos permite ver como a realidade se processa em sua integridade, promovendo segregação/usurpação socioterritorial.

Com estas considerações, trazendo para a realidade amazônica, ainda que de forma inicial, lançamos bases para questionar a validade da existência de uma “questão ambiental”, como conceito conjuntural, e não como um problema estrutural que é. Referimos tal crítica quando esta “questão” é apreendida, desprendida do sentido da dimensão estrutural transcendente que perpassa as questões agrárias e urbanas (conceito conjuntural, por excelência, da reprodução socioespacial) que está na essência da formação do capitalismo, perante sua representação geográfica pelos conflitos e contradições geradas nos espaços locais. Em tudo isto tais os interesses capitalistas na chamada questão ambiental, caminham junto ao processo de integração regional com a abertura de novos eixos viários que formam vias para as novas investidas de agentes do capital na Região em estudo (Figura 1).



Fonte: Alegre (2004). Redesenhado por Silvio Simione da Silva, em 2013.

Figura 1. Mapa Departamento de Madre de Dios, Peru.

Contudo, afirmamos que há sim um problema estrutural ambiental/ecológico que transpassa os processos que produzem a realidade vivida, isto é, o espaço em sua totalidade dinâmica, como foi visto a partir da realidade estudada. Com isto podemos então reafirmar que, na realidade vista, temos subsídios para dizer que o discurso ambiental, enquanto expressão oral daquilo chamado conceitualmente de “questão ambiental”, nada mais é

que tentativa de desvincular o verdadeiro sentido das contradições sociais que produzem a realidade em sua integridade, sendo um “campo de cegueira”³. Por isto, deve ser visto como base dos problemas estruturais que afetam a realidade do espaço produzido e apreendido no âmbito da análise das questões agrárias e urbanas, como modo de captar a conjuntura em sua integridade. Assim se poderá pensar em base para ações mitigadoras dos efeitos locais, sob a articulação da economia global que atingem esta região estudada (Amazônia Peruana), provocando efeitos diversos no espaço local.

Para isto, aqui estruturamos o texto em partes iniciais de reflexões teóricas; seguidas por demonstração da realidade e seus impactos agrários e urbanos no espaço estudado; e, por fim apontamentos conclusivos sobre as referidas implicações teóricas.

A INTEGRAÇÃO E IMPACTOS: ÁREAS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Neste início de século XXI, os mais distantes rincões interioranos da América do Sul estão sendo alcançados pelas ações de políticas internacionalistas da IIRSA, num processo de integração regional programado e em curso. Assim, o espaço é reproduzido, conforme interesse da economia global, numa ação articuladora em redes. Os Eixos de Integração e desenvolvimento da IIRSA (EID/IIRSA)⁴, são portas e vias indutoras para empreendimentos de agentes diversos dos interesses econômicos globais. E é nisto que explica Pain (2003, p. 05) que o desenvolvimento proposto, no quesito de atingir o social, em verdade “não passa de uma utopia, pois os fatores econômicos são considerados mais importantes por envolver interesses de grandes conglomerados empresariais”. Daí deriva-se ações que estão devidamente impactando a vida da população local, sendo que estas participam apenas marginalmente do processo. Assim, o espaço em redes se sistematiza por articulações globais, ao passo que os efeitos de tais ações se fazem sentir localmente.

Como não poderia ser diferente, a implantação do Eixo Brasil-Peru-Bolívia atravessa áreas de florestas e pequenos povoados, no sentido de articular os eixos terrestres, a partir da principal via condutora – uma rodovia que corta esta porção internacional da Amazônia Centro-Sul-ocidental, em terras brasileira, peruana e boliviana. Em Madre de Dios este eixo é chamado de “Carretera Transoceânica”, enquanto que no Brasil faz parte da BR-317, sendo que o trecho de Rio Branco no sentido da divisa peruana é identificado como a “Estrada do Pacífico”, formando o eixo principal da rede rodoviária do referido EID/IIRSA (a parte do trechos bolivianos ainda apresentam com pouca articulação consolidada como este eixo principal).

Mas que região é esta? Trata-se de uma área de formação original de florestas, drenadas por rios subafuentes do Amazonas, na margem direita. São áreas que sempre foram habitadas por povos diversos: originalmente pelos indígenas, mas com a fronteira extrativista da borracha do século XIX e início do século XX, teve ocupação feita por trabalhadores deslocados para a área (vindas do altiplano peruano, mas também com a presença de brasileiros que adentraram esta fronteira), cuja finalidade foi de atuar na exploração extrativista. Assim, as populações locais se formaram pelo processo de ocupação econômica da região, perante a mobilidade de capital e trabalho que permaneceram na região, juntos aos remanescentes de povos nativos. Formava-se uma sociedade que emergia da floresta e, dela para outras dimensões do espaço que iriam sendo produzido como o campo e a cidade.

Esta população foi se formando, tendo a atividade extrativista como base, mas também realizando pequenos cultivos de produtos básicos para sua alimentação na geração de auto sustentação familiar. Neste sentido, pode se tratar de uma formação de

povos tradicionais⁵, integrado a realidade agrária que se consumou na área da fronteira tri-nacional Brasil, Peru e Bolívia, provindo de origem de povos nativos e de camponeses.

A implantação dos eixos da IIRSA nessa região, trouxe sim amplas alterações que tem implicações significativas no espaço agrário e urbano regional. Neste aspecto, comunidades de povos tradicionais e ou campesinos, tem seus espaços impactados com reflexos diretos nas suas condições de vida. Por esses impactos, pode-se apontar que muitos desses povos tradicionais, hoje estão sendo expulsos de suas áreas, sendo comum observarmos ao longo das estradas os casebres abandonados e a pastagens cobrindo o local (Figura 2) contrastando com as cidadelas locais que passam a receber este excedente de população; onde, em geral, não há como serem absorvidos no mercado de trabalho⁶. Isto marca faces insustentáveis dos efeitos que se localiza nas margens da nova produção espacial dos EIDs/IIRSA, fazendo de sua ordem sistêmica um prenúncio da desordem social local.



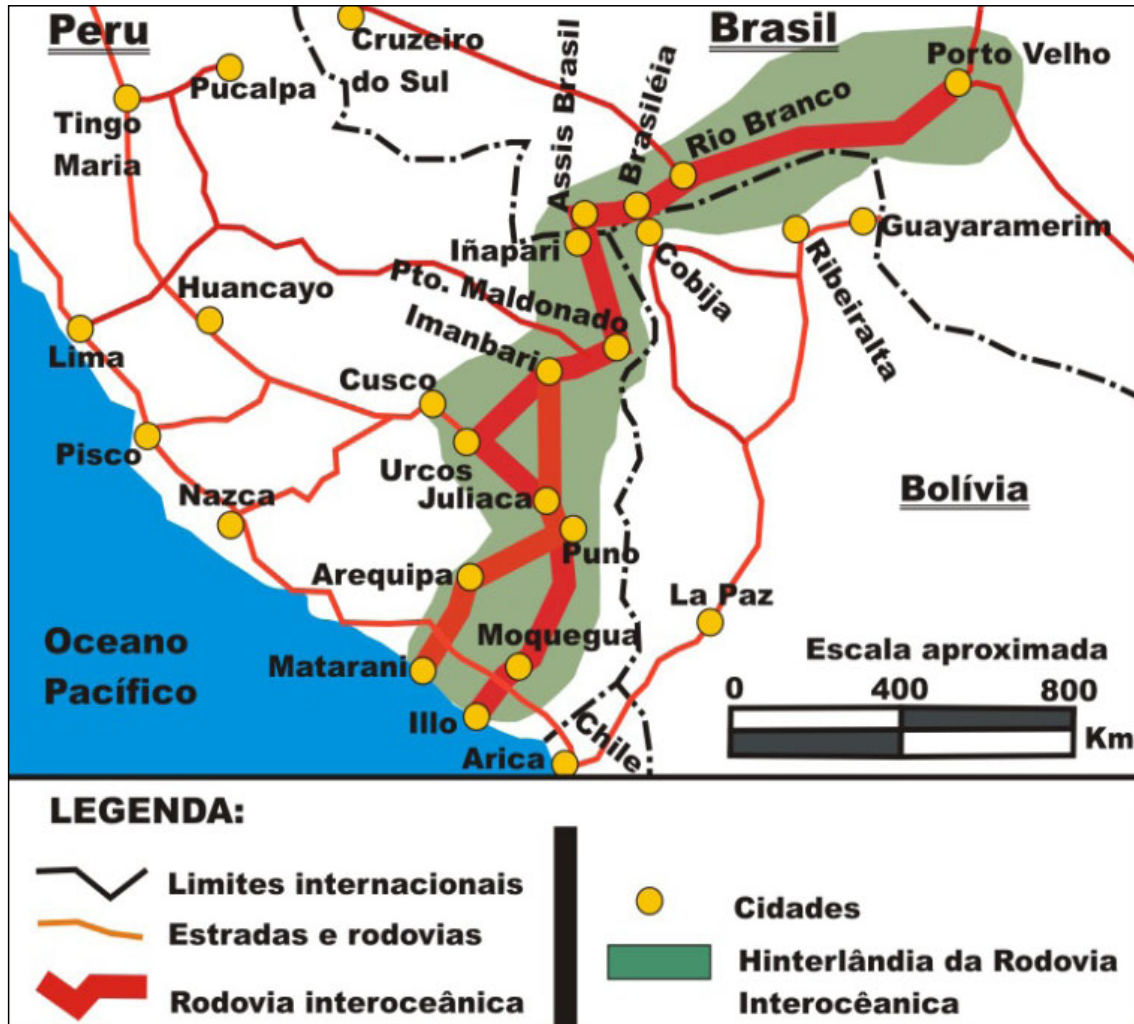
Foto: Silvio Simione da Silva, 2016.

Figura 2. Imagens de áreas campesinas abandonadas no Trecho da Carretera Transoceânica em Madre de Dios, Perú – 2016.

Dado tais considerações, ressaltamos que neste trabalho queremos apenas apontar alguns aspectos de como estes impactos se manifestam na realidade de trechos rodoviária que corta a Amazônia Peruana, desde a fronteira com Brasil e Bolívia, até depois da cidade de Puerto Maldonado, capital regional de Madre de Dios (Figura 3) no trecho que vai até a municipalidade de Mazuco (Inambari). Nisto trataremos das bases que atingem à comunidade de camponeses, como na localidade de Pacahuaras⁷, já no perímetro urbano da pequena cidade de Ibéria⁸; as condições precárias que se forma os aglomerados urbanos; as áreas de expansão do agronegócio e de serviços ambientais; as rotas dos migrantes; e, os eixos do narcotráfico no contexto sobreposto pelo espaço em rede do Programa IIRSA. Ressaltamos que tudo isto, ocorre sobrepondo à realidade agrária local, sob espectros de ações das autoridades que tentam regularizar as coisas pelo discurso ambiental e viabilidade econômica.

Com isto, busca-se mostrar que a realidade Amazônica se faz por situações de conflitos em que a questão agrária e urbana está deverasmente imbricada nas tramas da

integração postos, em que os problemas ambientais são apenas um dos tantos que se manifestam transversalmente a esta realidade (como saúde, educação, saneamento etc.), como componente da ação humano-econômica e política. Isto não significa negar que existem os problemas ambientais, mas sim, situá-los na conjuntura real do processo, desfazendo o uso ideológico do termo.



Fonte: Silva, 2015 (adaptado de Rapp, 2005)

Figura 3. Eixo de integração interoceânico Brasil-Peru-Bolívia.

O AMBIENTAL COMO DIMENSÃO DA ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA

No contexto visto, pode-se então dizer que há uma forte reafirmação do sentido de uma ação do capital em rede que precariza as condições de vida da população local. As reincorporações dessas áreas à economia mundial pelos eixos da IIRSA promovem contato dos agentes locais com agentes externos, expondo os potenciais vantagens para as comunidades locais, em escalas muito amplas, em geral inimagináveis para quem vive no lugar. Como o projeto é desenhado e posto em prática em consonância com as instituições políticas nacionais, quem não se adapta, tende a ficar marginalizado.

Em visita de estudo a várias localidades no trecho da Carretera em Madre de Dios, o que se pode notar na região de Ibéria, é que junto à pavimentação da rodovia houve uma forte implantação de ações do Agronegócio, ainda que em escala incipiente. Isto se dá com extensas áreas de cultivos temporários de milho, arroz e mamão (papaya), mas também com lavouras perenes como na formação de pastagens, plantações de cacau e teca. Se junta a isso ainda, áreas de exploração madeireira e concessões voltadas ao manejo e ao serviço ambiental, posto no mercado internacional. Nisso se tem o espaço para o agronegócio se ampliar, sob faces diversas que vai desde a agricultura temporária e perene, até mesmo aos amplos negócios ambientais, sob discurso da “economia verde” – sustentável.

Há também quem ressaltar que tudo isto tem forte impacto para além do espaço da floresta e do campo. No âmbito da produção contraditória e ampliada deste espaço, as questões agrárias e urbanas locais estão desnudadas mediante os conflitos diversos que se processam, numa realidade que o capital tenta se firmar sobre práticas expropriatórias constantes. Quem não se adegue ao espaço do incipiente agronegócio terá que buscar outros lugares para viver. Assim, pequenas cidadelas se multiplicam ao longo das rodovias, sobretudo no trecho Iñapari a Puerto Maldonado. Vimos que neste trecho de aproximadamente 240 km, há cerca de 23 povoados em franca expansão, com uma população formada por sujeitos que deixam suas localidades e vão para estes povoados em busca de espaço para viver (Figura 4).

Estas são faces atuais da migração campo - cidade, numa faixa atingida pelas ações do capital integracionista na Amazônia Peruana. Isto demonstra que as ações que integram os lugares, buscam os potenciais dos locais, mas esquecem das pessoas que o povoa. Estes esquecidos na integração passam a serem sujeitos rurais, agora demandantes por condições de vida urbana (em processo de transição rural/urbano), submersos na realidade marginalizada que lhes restam na periferia da cidade ou nos referidos pequenos povoados.

Há de salientar ainda que, juntado a isto, tem-se uma forte ação do capital no controle de áreas para serviço ambientais com a concessão de trechos de floresta. Isso, muitas vezes, sob a alegação de proteger as áreas contra a expansão da agricultura desenvolvida pelos camponeses. Esta “criminalização ambiental” dos camponeses se faz presente fortemente na comunidade Arca de Pacahuara (como trataremos mais adiante); e, sob estas alegações se justificam as ações públicas de restringir áreas de domínios comunitários para cedê-las, em concessão, às empresas nacionais ou estrangeiras. Por isto, entende-se que há uma imbricação entre o modo de reocupação deste espaço, sua disponibilização aos agentes econômicos globais e a ação ideológica de valores ambientais como justificadores da espoliação socioespacial local implementada, ou seja, acumulação por espoliação.



Fonte: Elaborado por Silva, Silvio Simione da, 2015 (observação *in loco*)

Figura 4. Croqui do Trecho da Carretera Transoceânica Iñapari-Pto Maldonado.

Neste sentido, vemos que aqui não se trata de uma de uma possibilidade de estudar e entender a situação pela ótica do espaço das redes da IIRSA, ou pela ótica da ação dos atores da “economia verde”. Mas sim de buscar fundamentos para entender que na totalidade da realidade vivida, há uma interconexão destes processos no modo que o capital integraliza seu domínio, criando mecanismos de segregação aos agentes locais que não respondem aos desígnios reprodutivos da economia global. O que se vê é o agravamento da questão agrária, impactando o incipiente espaço urbano local, como reflexo da ação do capital integracionista.

Ademais, por isto concordamos com a afirmação de Verdun (2007) quando nos faz lembrar que estas ações da integração atual da América do Sul, parece-nos estar levando reviver a reprodução idealizada por velhos modelos de desenvolvimento, refeita sob novas bases pela fase atual da mundialização da economia. O novo agora está: na usurpação dos territórios sem exclusão espacial total das forças sociais existentes; na montagem de uma infraestrutura que estende por áreas antes poucas integradas ao mercado; na conexão global com base em espaço de fronteiras de potenciais de recursos existentes; na articulação do mercado por vetores ecológicos e ambientais como indicadores de uma maneira correta de exploração dos recursos. São novas bases para o domínio de território em suas potencialidades, sem o dispêndio da responsabilidade política e social local. Diríamos, então que são faces atuais do que o Quijano (2005) chamou de “colonialidade do poder”.

Nesta conjuntura há um agravamento das questões agrária e urbana, transpassada pelo sentido da fixação dos eixos de integração desenvolvimento. Então, os EIDs/IIRSA são desenhos físicos, daquilo que se propõem ideologicamente integrar por base socioprodutiva, “ecológica e ambientalmente correta”, sob o signo de ser “sustentável”.

É bom aqui distinguir que ao tratar da questão agrária e urbana, refere-se geograficamente aos problemas sociais, produtivos do espaço utilizado, como antes tratado. Nisto considera-se o espaço em sua totalidade que é humano social, econômico, cultural processualmente construído e transversalmente perpassado pela lógica ambiental e ecológica, numa sociedade produzida desigualmente pelo capitalismo. Tal transversalidade é à base das ações da sociedade que ao produzir o espaço, o faz em sua integridade, se reproduzindo por mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, ecológicas e ambientais, igualmente na totalidade real produzida, configurando o campo/floresta e a cidade. Nisto produz de forma ampliada pelas aceitações e assimilações dos feitos que espera se traduzir em desenvolvimento, mas também se produz efeitos de modo contraditório gerando a expropriação/espoliação promovendo os conflitos e lutas de resistência. Isso mostra a lógica em o capitalismo se reproduz, em sua totalidade, de forma ampliada e contraditória.

Portanto, estamos convictos que os problemas da questão agrária e urbana trazem em si, a essência da daquilo que dizem ser “questões ambientais”. Por isto, a bem da verdade, não há uma “questão ambiental” em si, mas um (s) “problema (s)” que se forma transversalmente à questão agrária e urbana, ao terem seu espaço produzido capitalistamente, sob a lógica do sistema social concebido e praticado. Fizemos esta consideração para deixar claro que discutir os problemas ambientais, como sendo social e econômico também, é situá-lo no eixo das questões agrárias e urbanas produzidas pelo capitalismo. Assim, considerá-las apenas pelo viés natural ou social, é equívoco, pois como problemas, são gerados pelas ações integrais da sociedade produzindo seu espaço sobre si próprio e a natureza.

Neste sentido, vendo a questão agrária e urbana com reflexo da produção capitalista do espaço, as dimensões ambientais também refletem a lógica segregadora posta pelo mercado com base no padrão de consumo desenfreado a que somos conduzidos, na sociedade que vivemos⁹. Com isto, vemos que como ações do capital global, as ações da IIRSA trazem ao seio da questão agrária o agravamento de diversos problemas (p.e. saúde, educação, degradação ambiental, saneamento, habitacional, tecnologia produtiva etc.) que devem ser tratadas na totalidade do processo que produz e gesta o espaço, sob a lógica capitalista do mercado.

Cientes de destas imbricações do processo macro da (re) produção do capitalismo e seus efeitos em comunidades campesinas, possamos agora analisar algumas destas situações específicas:

COMUNIDADE ARCA DE PACAHUARA

A municipalidade de Ibéria situa-se na Província de Tahuamanu, no Departamento de Madre de Dios, na República do Peru. Dista cerca e 70 km da fronteira com o Brasil e 180 km de Puerto Maldonado, capital Regional. O distrito que abriga a cidade conta com aproximadamente de oito mil habitantes e é um dos principais povoado que se situa na orla da Rodovia Peruana que faz a conexão da Rodovia brasileira – BR 317, na formação do Eixo terrestre da “chamada Estrada do Pacífico”.

A cidade conta com um comércio que responde as necessidades locais, junto com órgãos governamentais que atuam sobre as bases jurídicas locais. Apesar da grande força

religiosa da Igreja Católica, o que mais chama atenção na realidade é a presença de um povo que se veste diferente, comportam se diferente e, é identificado como “Israelitas”, numa vida social que mistura formas sociais latinas com valores da cultura hebraica, retirados dos escritos bíblicos do velho testamento. Referimos a comunidade Arca de Pacahuara (Figura 5), assim caracterizada como explica Kopanakis (2014, p. 01).

Os moradores de Arca de Pacahuara pertencem a uma religião denominada Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal, ou simplesmente “Israelita”. Vivem como no antigo testamento, as mulheres usam longos véus e túnicas e os homens deixam cabelos e barbas cumpridos. O lugar parece perdido no tempo. Porém, mesmo com a rigidez religiosa, a comunidade é muito acolhedora. Gente humilde que tira o sustento do campo, a maioria migrantes dos Andes, da região de Cusco, e que acreditam que a Amazônia é a terra prometida. As 18h todos param seus serviços, é a hora sagrada da comunidade. Um cântico em quéchua e espanhol, espécie de ladainha, é cantado de dentro de uma casa e o som projetado em todo o lugar por meio de improvisadas caixas de som. Centenas de animais doméstico de todos os tipos perambulam pelo vilarejo: porcos, galinhas, cães, ovelhas. A relação que a comunidade tem com a natureza é muito forte, nas casas e estabelecimentos comerciais é comum ver placas feitas à mão com dizeres pró-alimentação saudável e cuidados com o meio ambiente.

A comunidade Arca de Pacahuara comporta, então uma área em que abriga um grupo social campesino que se reúnem também pela fé e esperança em uma terra para viver. Nisto, são regidos por os três propícios fundamentais das leis de Deus: Justiça-Mansidão-Paciência, conduzida por ações de piedade e caridade¹⁰, trabalhando na terra como um donativo de Deus a fim de manterem-se em boas condições para o bem viver. Não se busca acúmulos, mas ter o suficiente para viver bem e dar assistência aos necessitados, inclusive extra a comunidade. É, contudo uma comunidade que se formou a partir de vinda de migrantes de outras regiões do país, isto em tempos que ainda não se havia clareza do sentido que rodovia viria a obter.

Assim, os campesinos de Pacahuara tem no trabalho com a terra, ou melhor, na terra de trabalho, uma agricultura de baixo impacto (agroecologia) como marca fundamentalmente da base da vida produtiva local. Contudo, por esta localização marginal a Rodovia e as mudanças no lugar, hoje convivem com realidade de conflitos diversos, que ameaçam a manutenção da comunidade no lugar. Assim, mesmo ciente da necessidade de requerer das autoridades seus direitos, muitas pessoas se justificam a situação conflitiva pelos princípios religiosos, “provações, situações fatuais” que será superada pela vontade divina. Contudo, se mantêm por uma economia de autossustentação vinculadas as atividades agrícolas, extrativas e agropecuária voltada para o mercado local, potencializado pela localização na periferia da cidade de Ibéria.



Fonte: Connectas, 2020.

Figura 5. Comunidade Arca Pacahuara, Ibéria, Perú.

Em conversa com a líder campesina da comunidade (Irmã Maria Cury) esta, explicou-nos que com a rodovia, alguns processos de abertura para grandes investidores avançam se apropriando do espaço da reprodução campesino. Isto se dá tanto pelo aumento da pecuária em fazendas de gado *vacum* (“*la ganaderia*”), o que na região é representado, sobretudo por uma família de peruanos de origem brasileira que comandam o setor, junto à venda de serviço ambiental.

A comunidade campesina referida é constituída por aproximadamente mil quinhentas pessoas, que já dispuseram de 26.600 hectares¹¹. Após a chegada da Rodovia Transoceânica e a implantação mais intensa de venda de serviços ambientais, os campesinos de Pacahuaras tiveram a redução de seu território para 6.600 hectares. Os outros vinte mil hectares foram confiscados pelo Governo Federal Peruano (na gestão do Presidente Ollanta Humala – 2011 a 2016) que os colocou para concessão de manejo florestal, por empresas estrangeiras. A isto ainda se soma a condição de que as regularizações das terras desses campesinos estão praticamente paradas e, de seus territórios restantes, apenas 30 hectares foram documentados. Cabe lembrar que aí vivem mil quinhentas pessoas, como alertou a líder campesina de Pacahuara.

Há na comunidade, portanto, uma luta em curso que o conflito se faz presente, embora o desafio para vencer é colocado num plano extraterreno. Busca-se a regularização fundiária, em que a luta pela propriedade é vista como garantia para suas estadias e produção de auto sustentação. Neste sentido, aqui podemos dizer que a estrada potencializou as condições de produção da comunidade, mas fez a ver e sentir suas limitações perante o acesso “livre” ao mercado. Isto, dado os limites da fronteira (política e econômica) para escoar produção, mas também as limitações colocadas pelas condições

de situação irregular da terra onde vivem e das acusações (sofridas injustamente) de abusos ambientais, no uso feito da terra para seus trabalhos.

A gravidade disto reside em que quando se perde a terra para um ente do capital transnacional, o que está em jogo é mais que a simples regularização ambiental, mas ações que levam a usurpação do território vivido. Isto tem se colocado no local como faces da luta constante do capital na desterritorialização do trabalho campestre. Nisso vemos que não se cabe discutir se é capital nacional ou estrangeiro; o que importa é que há sim uma luta socioterritorial entre a terra de trabalho *versus* a terra de negócio (MARTINS, 1997). Então, as vias abertas pela Estrada Transoceânica ampliam as bases para consolidação e maior intensificação da mercadorização da terra na sua disposição ao mercado fundiário.

AS CIDADES AZUIS: A “URBANIZAÇÃO IMPROVISADA” NO LEITO DA RODOVIA TRANSOCEÂNICA

Seguindo adiante pelo Carretera, em especial após Puerto Maldonado, em áreas de mineração, as condições de vida se precarizam por demais. A extração do ouro levou muitos grupos sociais a se locomoverem de suas localidades para junto às zonas de minerações. Aí, há formações comunitárias de mineiros, criando verdadeiros povoados – aglomerado de miséria e da degradação máxima à dignidade humana. Muitos são ex-campestres que viram nos garimpos outras possibilidades de sobreviver.

Tais espaços de condições precárias de vida foram são assim descritos:

Os povoados azuis são a nova forma de vida no chamado pampa peruana de Madre de Dios, na via que leva a Puerto Maldonado. Estão conformados por centenas de construções débeis, feitas de paus e tábuas, cobertas por uma grossa lona azul que, sozinha ou combinada com folhas de palma, serve de proteção impermeável para as chuvas frequentes da Amazônia. Para os mineiros, constituem-se um lar suficiente enquanto procuram fortuna nas minas de ouro. Não há ordem nesses povoados improvisados que cresceram da noite para o dia. Entre as moradias e mercearias, há oficinas que soldam e consertam motores junto a chuveiros e banheiros públicos, e a “prosti-bares”, como chamam os bordéis, onde os homens bebem e fazem festa depois de um dia pesado de trabalho. Para entrar nesses povoados, os veículos devem passar sobre grossos troncos que servem de ponte sobre as profundas valetas que separam o povo da estrada Interoceânica. A 200 metros se chega a uma praça que, pelas traves, deve servir de cancha de futebol. Mal entra um estranho, os mineiros o advertem, com pouco jeito, que esses terrenos são propriedades particulares. Da improvisada praça, desembocam-se novas ruas que levam diretamente aos buracos onde estão explorando o ouro. À medida que a gente se afasta do povoado azul, veem-se menos mulheres. “Dão azar”, dizem os mineiros, e por isso as confinam nos acampamentos. (CONNECTAS, 2020)

Os “prosti-bares” (Figura 6) são lugares de diversão e entretenimento dos mineiros. É comum encontrar, nesses lugares, menores de idade levadas enganadas como trabalhadoras sexuais, muitas das quais são de origem brasileiras e bolivianas ou peruanas de outras regiões, sobretudo de áreas serranas como Puno e Cusco. Nesses lugares tais é a degradação que se

chega que o tráfico de pessoas, abusos de menores, homicídios entre outros acontecimentos, perante às precárias condições de vida, as pessoas parecem quase nem se assustar no convívio cotidiano. Isto, pois, conforme vários documentos regionais, as denúncias têm-se intensificadas, mas as reações são poucas, tanto das autoridades como das pessoas envolvidas diretamente. Contudo, para a população de modo geral, o que mais os preocupam é o aumento da violência física e roubos, o que após a consumação da Rodovia, tornou-se mais comum de acontecer.



Foto: Connectas, 2016.

Figura 6. Formação urbana precarizada - Povoados de La Pampa e os Prosti-bares.

Soma-se a tudo isto a realidade que de Madre de Dios que atualmente vive um rápido crescimento populacional, em especial de populações urbanas, sob condições de extrema pobreza e precariedade. Assim, ampliam-se os problemas como: da falta de saneamento básico, degradação ambiental, forte *déficit* energético e habitacional, saúde e educação. Isto, paralelo ao desemprego urbano, contrastando com a expansão de áreas rurais voltadas as concessões de serviços ambientais, manejo madeireiro, expansão de lavouras comerciais e da pecuária bovina. Nota-se que a situação do chamado “progresso” se contrasta direto com a miséria gerada, como faces da unidade da diversidade da produção do capital, em que a miséria de muitos e a abundância de alguns estão expostas para serem vistas na realidade produzida.

Estas cidadelas, a medida que teve seus potenciais de ouros esgotados ou desocupado por ações dos governos, ficaram abandonadas com aspectos de “cidade fantasmas”. Junto também ficou os impactos materializados em ambientes sujos, altamente poluído, contaminados por metais pesados; algumas das pessoas que permanecem, podem as vezes voltar a atividade agrícolas em solos deverasmente comprometidos pelo alto grau de contaminações e devastação ambiental pela extração predadora do metal.

ROTA DOS EXCLUÍDOS: GENTES DE OUTROS LUGARES

De Puerto Maldonado até Iñapari, área limítrofe com o Brasil, são cerca de 270 km. Como se falou, no trecho há vários povoados que, recentemente, estão passando aumento populacionais dado as intensas correntes de migração interna vindas do campo, da floresta e de áreas de mineração. Há, contudo uma marca fundamental que extrapola este dimensão de migração interna que pode ser visto mais em Maldonado e Iñapari – a presença marcante de migrantes haitianos, embora junto a eles também venha pessoas de outras nacionalidades como alguns senegaleses, nigerianos e bengaleses que buscam chegar ao Brasil, pela rota da Rodovia de Integração. Assim, por anos a passagem de centenas desses migrantes foi comum nestas áreas, sendo que mais recentemente, autoridades brasileiras e peruanas decidiram dificultar rota. Por isso, grandes partes destes migrantes, ao chegar a Maldonado, buscavam outros meios de ultrapassar a fronteira, ficando a mercê de traficantes (*coyotes*) que os conduzem pela floresta, atravessa a linha limítrofe com a Bolívia e entram por este país atravessando o Rio Acre e chegando ao Brasil. Tais trajetórias foram assim descritas:

A Interoceânica tem servido também de entrada de migrantes de toda a América no Brasil. É o caso de mais de quatro mil haitianos que chegaram fugidos de seu país desde o ano passado, quando lá circulou a versão de que, como uma forma de mostrar solidariedade pelo terremoto de 2010, o Brasil tinha aberto suas portas aos que quisessem emigrar para lá. Então, se tornaram presa fácil dos coiotes que, por quatro ou cinco mil dólares, lhes ofereciam uma rota segura para o Brasil. (CONNECTAS, 2020) Durante vários meses, os haitianos viveram da caridade dos peruanos desse povoado. A maioria deles comunicando-se com os locais somente com sinais, pois somente falavam creole. No início de 2012, o rio Acre, que serve de limite fronteiro entre o Peru e o Brasil, transbordou e inundou essa população. Os haitianos, como forma de agradecimento, ajudaram as vítimas da tragédia e muitos foram adotados pelas famílias locais. A Igreja Católica e o governo de Iñapari e de Assis, no Brasil, também ajudaram, mas nenhum governo estava em condições de sustentar essa situação por muito tempo. Finalmente, o governo brasileiro lhes concedeu o ingresso (CONNECTAS, 2020).

Com isto, nos informa Paula (2013, p. 189) que,

[...] no final de 2010, em meados de janeiro de 2012 o governo brasileiro decidiu fechar as fronteiras para impedir a entrada no país dos migrantes sem vistos. A entrada no território brasileiro passou a limitar-se aos portadores do visto de trabalho emitido pela embaixada do Brasil na capital do Haiti, Porto Príncipe. Assim, na denominada “ponte da integração”, que liga o Brasil ao Peru – construída sobre o rio Acre, no transcurso da rodovia interoceânica – centenas de haitianos sentiram que não faziam parte dessa “integração”. Não foram informados de que a rodovia interoceânica foi projetada para exportar commodities e não para importar mercadorias como a força de trabalho

Há ainda que se mencionar uma rota de migração de peruanos, equatorianos e colombianos que buscam no Brasil oportunidades de melhores condições de vida, sobretudo

nos mercados de trabalho do Centro-Sul, conforme nos informou os agentes da polícia federal brasileira, no serviço de controle de migração em Assis Brasil (AC). Em conversa com um destes migrantes, um jovem peruano, mineiro de área de La Pampa, em Madre de Dios, relatou-nos que trabalhou na “*mineria*” (mineração) por anos; porém, em tempos mais recentes, o Governo Peruano tem atuado no sentido de regularizar a mineração ilegal (sem licença). Assim, ele ficou desempregado e foi viver em El Triunfo, periferia de Puerto Maldonado. Lá, perante a falta de emprego local, em contato com uma empresária peruana que vive em São Paulo, atuando no ramo de confecções, ele e mais sete companheiros foram recrutados para ir trabalhar na cidade brasileira. Em São Paulo, contou-nos que o trabalho era bom, dormiam na própria oficina, entravam no trabalho às 07:00 h e saíam por volta de 23:00h, ganhando horas extras. Por fim, não aguentou mais e preferiu retornar ao Peru.

Na verdade, este sujeito com seus poucos mais de vinte anos de vida, fora submetido a trabalho semiescravo tanto no Peru como em São Paulo; e, em ambos por agente de capital, de nacionalidade peruano. Isto demonstra que o capital se reproduz pelo lucro; o patriotismo é apenas um ente ideológico que se justifica quando busca se reproduzir ampliadamente em nível transnacional.

Por final, com isto ficou demonstrado que a rota da migração é muito mais que apenas de haitianos, mais de que legalidades. Por ela seguem o desespero dos que buscam sair das condições que expropriados e, a que foram submetidos onde estavam! Seja de lugares próximos ou distantes, a vida do migrante é sempre movida pela esperança de encontrar o melhor para viver.

CONTRAVENÇÕES: rotas dos tráficos

Com a consolidação da Rodovia, pode ser dizer que as rotas de narcotráficos ampliaram o espaço de ação.

A abertura da estrada Interoceânica também tornou mais viável outra rota de tráfico ilegal: a da cocaína, que vai das montanhas peruanas, onde se produz, até as ruas do Rio e de São Paulo, onde se consome. As autoridades vêm reforçando o controle. Segundo cifras da polícia de Puerto Maldonado, no que vamos deste ano, 185 quilos de cocaína foram apreendidos. A droga foi encontrada camuflada em bagagens ou também escondida com astúcia em veículos que tentavam enganar os estritos controles na fronteira brasileira. Contudo, o confiscado é apenas uma pequena porcentagem da cocaína que passa, pois centenas de mochileiros carregados de drogas avançam pela Interoceânica e logo atravessam a aberta fronteira entre o Peru e a Bolívia sem serem revistados. As pessoas passam a droga por caminhos informais da fronteira. “*Não temos capacidade para cobrir toda a zona, são centenas de passagens, como trilhas de formigas*”, disse um policial da fronteira na Bolívia. (CONNECTAS, 2020)

Isto se justifica, pois se sabe que o Peru é um dos produtores da melhor cocaína do mercado; daí, a ligação com o Brasil, abre um amplo mercado fazendo deste eixo importante rota do circuito da droga na América do Sul e no mundo. Em conversa com um agente da Polícia Federal Brasileira, no posto na divisa Brasil-Peru, este falou que durante o dia há uma fiscalização direta, os que passam, com certeza não o fazem pela estrada naquele

trecho. Porém, a noite após o encerramento do expediente, o movimento é mais intenso, como se pode testemunhar pelas imagens da câmera disposta na área do posto alfandegário. “Isto mostra o tamanho da importância desta rota, dado que já seria por aqui que se entra a maior quantidade de entorpecente do sul da Amazônia”, afirmou o agente policial.

Em escala local, pela rodovia, o ritmo da violência teve efeito ampliado sobre os moradores. Em depoimento, uma moradora de Iñapari, disse que com a chegada da Carretera, a vila perdeu sua tranquilidade ficando à mercê de “*ladrones del Brazil y de Peru*”. Ademais, acrescentou que com a rota de migração, a presença de migrantes de diversos países, é um atormento para o lugar.

Tais situações ilustram uma realidade local em que pessoas, campesinos ou não, são recrutados para fazer esta passagem de entorpecentes pela fiscalização fronteiriça, e assim amplia o número gentes que se vinculam ao mundo do crime organizado. Isto, certamente se processa por dentro a lógica do capital integracionista, nas redes da economia global, ainda que feito na ilegalidade, dado que por estas vias transita mais que drogas, mas outros modos de contravenções, inclusive de tráfico de pessoas voltadas para o mercado local:

Os tráficos ilegais de pessoas e de drogas, a violência em povoados que antes eram tranquilos, a imigração ilegal, moradias improvisadas e sem saneamento básico, tudo isso é consequência indesejável da nova estrada. Diante da falta de planejamento e de investimento social adequado, ela está trazendo um progresso louco, às vezes criminal, que, ao contrário do que se esperava, está fazendo com que, na região selvática hoje, se fale com saudades da vida antes da chegada do «*desenvolvimento*» da estrada. (CONNECTAS, 2020)

Sobre esta situação explica Calvo (2016, p. 01),

La mayoría de víctimas no son conscientes de que son víctimas de explotación. [...] Muchas de ellas, [...], no son conscientes de que son víctimas de trata. Creen que como no son obligadas no hay delito. Por eso prefieren no denunciar los maltratos. En estos bares, las jóvenes son ofrecidas a los mineros que llegan a la zona cada semana. “Solo podemos rescatar a las menores. Si es mayor y no denuncia, no hay delito”, lamenta el comandante Arturo Pérez, representante del Ministerio del Interior mientras devuelve los documentos a las intervenidas. Ellas los reciben y vuelven a sus cuartos a dormir. Son las 5 de la mañana y a las 3 p.m. deben empezar a trabajar. “Si no cumplimos, la dueña nos encierra”, dice con temor una de las chicas. Luego se arrepiente y señala que es mentira [...].

Neste sentido, desenvolve-se então a lógica da violência, onde o tráfico humano mata tanto quanto os outros tipos tráficos. Isto, pois não são isolados, mas com elos diversos de uma grande rede de que se integram a sombra ilegalidade do que é a legalidade impostos pelo circuito econômico mundial, por agentes diversos que vai do local ao global; da cidade ao campo/florestas; das cidades locais às metrópoles sul-americanas e mundiais. Vê-se, então que ainda está deverasmente aplicável a reflexão de Procópio (2000, p. 153) quando afirmava que,

[...] o processo de integração fomentado oficialmente pelo tratado de cooperação Amazônico tentando promover a intensificação da circulação livre de bens

através das fronteiras entre Colômbia, Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela Suriname foi um fracasso. O contrário ocorreu com o processo de integração movida pelos narcodólares. É essencial recordar que o tráfico de drogas há tempos sopra o processo de integração paralela nas relações econômicas e sociais nos países amazônicos. Daí ser impossível a narcogeografia regional separar-se das vantagens da globalização, como por exemplo, a intensificação e as maiores facilidades de circulação de bens e pessoas e a existência de meios de transportes e de comunicação em escalas global.

Neste contexto, nota-se que há implicações e o envolvimento de pessoas locais nas ações contraventoras a serviço de uma “rede global fora lei”.

SOLUÇÕES ESVERDEADAS AOS PROBLEMAS LOCAIS

Assim, no âmbito geral da integração, no contexto do significado da IIRSA e suas ações Wischansky (2009, p. 09) nos diz que

[...] consiste em um ponto sólido em direção ao crescimento econômico, a redução da pobreza e o bem-estar da América do Sul. Reduzir o isolamento das comunidades rurais, promover o crescimento econômico e disponibilizar novos postos de trabalho contribuirá para o desenvolvimento econômico sustentável, mas é preciso levar em consideração questões ambientais e sociais. Todavia, ao mesmo tempo em que a iniciativa dissemina esperanças, ela também gera desconfiças, principalmente pelo fato de se lidar com a mais importante floresta do globo em plena era do aquecimento global. O meio ambiente deve ser levado em consideração durante a execução dos projetos, assim como não se deve esquecer que a população é o sujeito principal nos processos de integração. [...].

Nota-se que há pontos fundamentais donde se traçam as metas do macro Projeto de Integração Infraestrutural articulado por finalidade de uso a partir da mercantilização que se faz do ambiente natural e da sociedade local, no atual momento de dominação capitalista do espaço. Assim, isto já vem costurados aos grandes projetos por uma rede de integração que, como já tratado, junto a uma lógica do discurso da sustentabilidade mercantilizam as bases do espaço amazônico, enquanto mercadoria presente na mercantilização da floresta, em todos seus sentidos e potenciais a serem comercializados, buscando sustentar-se por um consenso geral¹².

Sobre isto Paula (2016, p. 08) nos fala que

A implementação de grandes projetos via Integração de Infra-estrutura Regional Sul Americana - IIRSA, consubstancia de forma mais nítida a ampliação potencial da escala da produção destrutiva nas florestas tropicais e sua forte integração com a dinâmica de acumulação capitalista mundial, como mero fornecedor de matérias primas. Por ora, assistimos basicamente à destruição produzida pelas obras de infraestrutura, posteriormente os seus efeitos multiplicar-se-ão no processo de saque dos bens naturais. (*sic*).

Assim sendo, continua o referido autor,

[...] as florestas estão ameaçadas, atualmente, pela conjugação das formas de destruição convencionais mais visíveis – mas que, pela nova lógica da “economia verde”, podem ser “compensadas” por atividades de “proteção” em outro lugar – com aquelas ocultadas pelo padrão instituído pelo “Manejo Florestal Sustentável”. E mais, a comercialização de “carbono” e outros serviços ambientais expressam uma ameaça frontal à autonomia, à liberdade e ao controle dos “povos da floresta” sobre seus territórios. (PAULA, 2016, p. 24)

Neste contexto, pode se dizer que as metas do “capital integracionista”¹³ se interpenetra ao processo de mercadorização da natureza, naquilo que caracterizam como “economia verde”¹⁴. Assim, as diversas concessões como: a madeireira, os REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), as explorações extrativistas da castanha, de turismo que se interagem com as lógicas postas pelos grandes projetos e redes tratadas (legal e ilegal). Estas sim viabilizadas por ações do capital integral, numa ampla frente que se diz nortear por vetores técnico-científica ecológica, sob dimensões da sustentabilidade. Deste modo, pode se dizer,

[...] que tanto essas obras no complexo Hidrelétrico do rio Madeira, quanto as demais no âmbito do PAC e IIRSA têm sido levadas a cabo via transgressões de legislação ambiental e direitos territoriais coletivos. O caso da hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará e da estrada que liga Vila Tunari a Moxos, passando por dentro do TIPNIS (Bolívia) constituem-se em dois dos exemplos mais emblemáticos desse tipo de transgressão. Os grandes projetos de infraestrutura além de produzirem mega destruição ambiental, têm se notabilizado também por deixarem em seus rastros, graves violações aos direitos humanos em geral e territoriais em particular. No caso da construção das hidrelétricas, é notória a perda das propriedades individuais e coletivas, contaminação das águas, incidência de enfermidades tropicais, perda de atividades econômicas e desestruturação de famílias na migração do campo para a cidade, aumentando os bolsões de miséria no entorno das capitais. (MORAIS; PAULA; SILVA, 2015, p. 05).

Ademais, no conjunto da integração regional transfronteiriço do Centro Sul Amazônico, entende-se que

[...] Acre, departamentos de Madre de Dios e Pando, mostrados anteriormente revelam uma incrível similaridade no re-ordenamento territorial nessa tríplice fronteira. [...] A criação das denominadas “áreas protegidas” sob diversas denominações regionais e a disciplinarização das formas de exploração nelas mostra uma tentativa de compatibilizar formas visíveis com aquelas invisíveis de destruição [...]. Chama ainda a nossa atenção, o rápido avanço na implementação de projetos de REDD na tríplice fronteira [...] (MORAIS; PAULA; SILVA, 2015, p. 06).

É nisto que queremos chamar a atenção para o significado das interconexões de agentes do capital, no processo de controle do espaço, com os sujeitos locais. O sentido da rede é o fundamento para ações do que se poderia chamar de uma “ecologização” das bases de geração do lucro capitalista. Isto se configura como algo em que a abertura da Carretera Transoceânica fornece a legitimidade para um eixo de experimentos das “soluções esverdeadas”, num espaço em que se abre à compensação de ações poucas ecológicas que acontecem lugares distantes. Assim, o EID em estudo, abre uma via para a possível formação de território para a compensação ambiental, mesmo que em uma dimensão de espaços descontínuos¹⁵, em nível nacional (peruano) e internacional.

AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Neste contexto de imbricações, não se pode negar que a abertura e pavimentação da estrada sempre foram partes dos sonhos da população local. Hoje, muitos moradores alertam que no tocante a maior facilidade de locomoção, a chegada de alimentos em melhor preço foram os ganhos mais significantes que se obtiveram. Contrastando com isto, nota-se, tanto pela fala das pessoas como pela observação feitas que, em todas as cidades e povoados ao longo da rodovia, poucos foram os investimentos sociais locais realizados.

No âmbito rural, já se percebe o crescimento do espaço para uso da área em atividades diversas, ao passo que há a perda de territórios campesinos para lavouras comerciais. Assim, houveram alguns projetos voltados às mitigações ambientais, em geral para áreas de produção campesinas. Isto nota-se no Informe do Ministério do meio Ambiente do Peru com o que se propôs para a comunidade Arca de Pacahuara:

El enfoque para la formulación de proyectos productivos y ambientales comprende la estratificación del ambiente físico de acuerdo con el uso dominante del suelo y su potencial productivo [...]. La aplicación del enfoque en regiones de agricultura de subsistencia, permiten determinar diferentes condiciones de potencial productivo alto, medio y bajo de un cultivo determinado, diferente grados de disponibilidad de tierra, agua de riego y recursos socioeconómicos, y diferentes sistemas de producción, con base en estos parámetros es posible definir la sostenibilidad de este Proyecto. (PERU, 2015, p. 01)

É bom observar que no contexto destas ações, está a “criminalização ambiental” do trabalho campesino. Novamente vejamos o caso da comunidade Arca de Pacahuara que ainda não teve suas terras reconhecidas; perdeu territórios, cedendo-os ao Governo que o colocou no mercado de serviços ambientais. Hoje, tem que se adaptar a fazer a recuperação de áreas de antigos desmatamentos. Isto, logicamente vem com base em ações do governo pelas políticas ambientalista, revelando a dinamicidade de muitos projetos e a própria dinâmica socioeconômica maior (investimentos capitalistas) que é quem degrada o ambiente e, onde, em geral, não se tem fiscalização.

Sobre estas situações em matérias do Conecttas (n.d.²) explica-se que

Desde a própria construção, a estrada mudou a vida das pessoas. Segundo o sacerdote de Iberia, René Salízar, nas audiências públicas que houve sobre o projeto da estrada, as pessoas só queriam saber quanto iam pagar por trabalhar

na obra; e, mal arrancaram as máquinas, as pessoas abandonaram suas atividades agrícolas. Quando a estrada ficou pronta, os trabalhadores passaram à mineração, porque pagam o dobro que no agro. “*No se conseguem pessoas que queiram trabalhar no campo*”, disse um funcionário do Governo. “*Inclusive muitos lares foram destruídos,*” – disse escandalizado o padre Salizar – “*pois houve mulheres que foram atrás dos recém-chegados*”. As pessoas, além disso, começaram a vender suas terras a baixos preços e a se mudarem para os povoados. Fizeram um mau negócio, pois essas terras se valorizaram com a nova estrada e muitos dos que abandonaram o campo estão hoje desempregados, morando em abrigos.

Tudo isto leva a uma reorganização em que as poucas comunidades resistentes como a já referida Arca de Pacahuara, veem se obrigado a organizar sua produção também pela lógica do agronegócio. O que significa a inclusão mercadológica de uma pequena parte, junto a sua empresariarização como é o caso da Empresa Agroindustrial Família Mamani Pacahuara. Tudo isto tem se redundado em iniciativas da formação particular que levam o nome da agricultura familiar, também como base para capitalizar sobre setores sociais e produtos poucos articulados no mercado.

A tudo isto, soma-se os impactos ambientais deixados pela ação contaminadora da mineração que conforme Empresa Agroindustrial Família Mamani Pacahuara (2016, p. 01), que tem de ser justificado:

Luego de que el Ejecutivo declarara en estado de emergencia a la región Madre de Dios durante 60 días por contaminación de mercurio, el Instituto Nacional de Innovación Agraria (INIA) sostuvo que la actividad agrícola, pecuaria y de recolección se realiza en zonas alejadas de las explotaciones mineras, en las márgenes de los principales ríos, por lo que el consumo de frutas y otros cultivos de esa zona no revisten peligro para la salud de la población. Según el INIA, a diferencia de los productos hidrobiológicos, los productos agrícolas como la yuca, el maíz, el plátano, el cacao, el arroz, la papaya, la naranja, el limón y las frutas tropicales; se riegan, casi en su totalidad, con agua proveniente de lluvias. “La castaña se cosecha en los bosques naturales, por ello no presentan contaminación por mercurio”, puntualizan en un comunicado. La actividad ganadera, que es menor a la agrícola, está dedicada a la producción de carne y muy poco a leche. Estos alimentos también están libres de mercurio.

Nota-se então que há ações mitigadoras do Governo vindo sob o cunho ambientalista, numa lógica do mercado, e de ações compensatórias pelas poucas políticas sociais feitas no contexto do desenvolvimento rural atual. Importante ficar claro que estas intervenções sempre ocorrem em espaços campestres ou de (re) localização do excedente de população expropriada de outras áreas e setores, como nos povoados ao longo da Carretera Interoceânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que vimos, entende-se que a realidade estudada se coloca como *lócus* de disputas de interesses de classes que se materializa ao longo da Rodovia – a “Carretera Transoceânica”. Isto vem como ações de integração dos lugares, no sistema das redes da economia global formando o complexo de áreas que se integra ao circuito produtivo mundial.

Sabe-se que esta porção da Amazônia Peruana fora parte da antiga fronteira econômica, a frente extrativista da borracha desde os finais do século XIX, quando seus potenciais de recursos naturais foram integrados ao circuito da industrialização mundial. Assim, trata-se de áreas ocupadas desde tempos remotos por populações indígenas e que, neste contexto, foi incrementado por mais populações externas que chegaram por volta do final do século XIX e início do século XX, semelhante ao que acontecia na porção brasileira que formou o estado do Acre. Portanto, na realidade atual, não se trata de “áreas desabitadas”, de “vazios demográficos”, mas de porções espaciais amazônicas que há mais de cem anos é devidamente ocupada por força remanescente de outras fases de expansão do capitalismo na região.

Os povoados, as cidades que surgiram, foram inicialmente frutos das fases de ocupação e integração econômica destes rincões postos sob forma da reprodução do espaço agrário/florestal nacional peruano. Ademais, a localização em pontos extremos do país, fez o Departamento de Madre de Dios ser visto como “um fim de mundo” (SILVA, 2015) tendo como referência as áreas centrais situadas no Altiplano Andino e na costa litorânea do Oceano Pacífico.

Neste interim, a conexão por estrada, para a população de Madre de Dios trouxe em si uma condição deveras ambígua. Sempre foi um sonho, a esperança de uma vida melhor, de menos isolamento, de serem lembrados pelo Poder Central. Por isto, no atual momento, há uma simpatia dos moradores nos diversos lugares ao longo da estrada perante as possibilidades de que as obras da Carretera lhes trariam. Por outro lado, há um peso que já se faz sentir pelos impactos da interligação com outros lugares e o trânsito de agentes de processos diversos que quebram a tranquilidade de lugares pacatos como antes referimos. Isto demonstra que todas estas ações trazem em si ao menos duas reações: assimilação dos sistemas nas vantagens obtidas; desconfiança/rejeição/resistência diante da temeridade pelas novas situações que passam a viver.

Sem embargo, pode-se dizer que do ponto de vista mais amplo, em muitos casos, a realidade nos mostra complexa. Uma liderança campesina de Puerto Maldonado, disse-nos que o “sonho tornou-se pesadelo”, dado que os impactos negativos também vieram com a Carretera e já são sentidos tanto na zona rural como nas cidades. Contudo, cabe ressaltar que estes impactos à primeira vista, não necessariamente são da Carretera no âmbito das ações da IIRSA, mas seus princípios já estavam em curso quando o lugar foi tomado pelas ações do grande Projeto Integracionista. Muitos já existiam, porém foram mais acelerados pela efetivação do EID Brasil-Peru-Bolívia, colocando definitivamente estes lugares no circuito de integração da economia global.

Com isto destacamos que a materialidade aos impactos hoje se faz sentir pela:

- 1) Pela maior desestruturação produtiva das populações locais. Isto.
- 2) Pela desestruturação das bases sociais familiares e comunitárias que se organizavam ao longo da rodovia, pelas vítimas da violência, pelas ações ladrões, pelo tráfico de drogas e prostituição etc.
- 3) Pela quebra do ritmo da vida cotidiana com consequências drásticas, fazendo que o eixo rodoviário também se tornasse local de morte.
- 4) Pela ausência de ações de desenvolvimento social. A estruturação do Eixo Rodoviário foi feita pensando a viabilidade do mercado para além da região; nisto não se planejou o significado do impacto desta nova realidade na pequena economia local.
- 5) Firmação de ações para agente do mercado internacional, com a ampliação de áreas de concessões para empreendimentos e domínios de maiores trechos em áreas de campos e florestas.
- 6) Ampliação das áreas de minerações nas margens da rodovia, com formação de povoados, onde a degradação humana é tão forte quanto o ataque ao ambiente natural.

7) Atividades econômicas de mercado que se territorializa com maior poder impactante, como maior intensificação de atividades de agricultura, pecuária e extrativismo vegetal madeireiro vinculado mais diretamente ao mercado externo.

8) Intervenção de estrangeiro no domínio das novas atividades econômica como os empreendimentos de nacionalidades diversas: brasileiros, chineses, norte americanos, chilenos e também empresários de outras regiões do Peru, como aqueles nas lavouras papayeyras (mamão).

9) Segregação de espaço para visitantes externos, como no turismo para estrangeiros em sistemas semifechados. Madre de Dios, tornou uma ponta das rotas turísticas de Cusco, oferecendo para aqueles que querem oportunidade de conhecer a floresta da zona de Planície. Nestes eventos a população local não participam dos ganhos e usufruto dos locais de visitas, que concentram em mãos de empresários ligados ao setor, às vezes, de outras regiões do país.

Sobre tudo isto, no que tange a realidade agrária, há uma ação de criminalizar a atividades dos camponeses com agressoras ambientais, em que se trata da reconstituição do ambiente, mas pouco se olha a deterioração humana em curso. Neste sentido, estamos certo de que quaisquer ações mitigadora que for implementada sem levar em conta a degradação humana em curso, tendem a serem falhas; isto, pois a melhoria das condições humanas levam as pessoas cuidar melhor de sua “morada”, isto é, conservar e melhorar o ambiente para a vida, no seu sentido integral, holístico para todos viver.

Na situação vista, na comunidade Arca de Pacahuara, notou-se que sob o discurso de inadequação ambiental, essa sofreu pressão constante para uma revisão de seu uso do espaço de vivência (SILVA, 2005). Contudo, grandes partes de seu território foi destituído para dar lugar a ações governamentais na minimização ao impacto ambiental causado por suas atividades; assim, perdeu-se território para outras finalidades que não lhes eram suas. Por outro lado, as áreas retiradas foram então colocadas a serem concessionadas no mercado ambiental; isto, como se estas ações fossem menos impactantes e tivessem algum retorno para a comunidade. Nota-se que isso não ocorre e ainda abre espaços para o uso da terra florestal como “negócio verde” no mercado da venda de serviços ambientais. Por isso estas e muitas outras gentes que estiveram na orla da rodovia, se não foram esquecidos no Projeto de Integração, foram sim negligenciado e lembrado apenas como força de trabalho, quando não como empecilhos a serem retirados para dar lugar a territorialização de negócios mercantis com o uso da terra, seja como campo ou floresta voltados ao grande mercado global.

Percebe-se nisso que o que está em jogo, na verdade, é uma luta social e econômica, no âmbito das disputas territoriais agrárias com reflexo no conjunto do que gera a realidade local. Sob o discurso de inadequação ambiental, se criminaliza o uso camponês do espaço, promovendo forma de expropriação e repassando este uso ao capital, dito que nutrido por meios sustentáveis. Por isso aqui o que se vê são lutas socioterritoriais entre “território camponês” (territorialidade historicamente construído) *versus* “territórios do capital” (territorialidade que tenta se firmar por usurpação). São disputas de usos do espaço (da terra): espaço do trabalho *versus* espaço de negócio; portanto, luta/disputa de classe por territórios. Neste caso, sob a égide do capital global integracionista, no controle do espaço sul americano.

Assim, entendemos que tentar captar todo este processo apenas pela lógica ambiental é insuficiente, pois de negligência o sentido da totalidade do ocorrido/ocorrente. Isto se dá, pois o viés ambiental destoa o sentido da luta de classe que é o motor do processo, ao passo ideologicamente que “ambiente” não tem classe – tem uma causa: salvar Planeta sem mexer nas estruturas existentes. Neste sentido, o que se percebe é que por justificativa da ação de criminalização das práticas laborais dos camponeses, forma-se a base da expropriação e espoliação

que se instala no seu território, por onde a capitalização do uso da terra busca implantar outra territorialidade – a do capital integracionista das redes, sobreposto à realidade local.

Portanto, os conflitos, os impactos sentidos e vividos são faces dos diversos processos de produção socioespacial em que inserem a realidade agrária e urbana. A degradação humana é apenas parte das expressões sociais em que contraditoriamente se produz, ao reproduzir a realidade de abundância de alguns agentes do capital, na totalidade do social vivida; nisto, geram-se as lutas e resistências. Não há, portanto, uma “questão ambiental”, embora o problema ambiental esteja em curso perante uma crise no padrão excepcional do consumismo que praticamos, no uso socioeconômico e político, na produção da totalidade espacial da sociedade de mercado. Isto conduz a um agravamento da realidade reproduzida nas questões agrárias e urbanas, em que os problemas ambientais existem (como expressão da crise) e como dimensões transversais desta realidade ao ser produzida socialmente no agrário e no urbano.

NOTAS

3 Isto é, espaço opaco (SANTOS, 1999; 2005), obscurecido pelo poder dos aparelhos ideológicos que escamoteiam a realidade.

4 Cabe ressaltar que o Programa IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana), ao ser absorvido pela UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas) foi incorporado pelo COSIPLAN (Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento de UNASUR). Contudo, como o termo mais popularizado ficou sendo o IIRSA, aqui vamos referir sempre a sigla, como sinônimo da complexidade do aglomerado de desta organização internacional Sul Americana.

5 Aqui considera como povos tradicionais os grupos sociais, cujo modo de vida particularmente se diferencia dos demais por seus conhecimentos, tradições e práticas mais harmônicas com os ambientes que vive. Com isso, tem pouca identificação com a vida moderna urbana e industrializada, conforme caracterizou (PATEO, 2016).

6 É importante entender que há uma hierarquia político-administrativa no Peru em se processa da escala nacional a local sendo: nacional, regional, provincial, distrital (municipalidade) e as comunidades.

7 O nome Pacahuara (*Pakawara*) refere-se a um povo que teve seu espaço habitacional na Amazônia centro sul ocidental, nos territórios hoje ocupado pela unidade políticas do Acre (BR) Madre de Dios (PE) e Pando (BO). Foi um povo que não se deu ao trabalho imposto pelo agente da frente extrativista da borracha. Hoje se encontra quase dizimando, inclusive tendo perdido o seu idioma; e, sendo que o pouco que resta vive em comunidade em áreas de reservas na Bolívia (Territórios Comuns - TCO). Embora não tenhamos elementos para tratar a relação o nome e lugar assim chamado, acredita-se que isso se deve a lembrança memorial deste povo no Peru e seus significados na resistência por uma terra para viver, fundamentado na crença de uma Terra Prometida por Deus para os adeptos da Associação Evangelica de la Misión Israelita del Nuevo Pacto Universal – AEMINPU.

8 A Municipalidade de Ibéria conta com 17 comunidades, muitas das quais acerca da carretera, formando povoados que tendem a se ampliar gradativamente com o efeito potencializado da estrada.

9 Quando estabelecemos esta distinção para a negação de uma visão paradoxal do signo “questão ambiental”, busca-se situar o “ambiental” como problema (s) no âmbito da questão agrária e urbana. Vemos isto como uma distinção conceitual necessária a fim de operar melhor com esta

situação realmente, como e onde ela acontece. Essa questão refere-se a conjuntura social que distinguem situações que necessitam de tratamento específico com a formulação de políticas sociais em benefício de diminuir os efeitos das crescentes desigualdades que a sociedade capitalista produz, isto é, ao se reproduzir por agregações e segregações. Assim, uma questão sempre será um ente conjuntural que se processa afetando a estrutura da realidade produzida na sua totalidade, pelo capitalismo. O “problema” se constitui a partir de condições situacionais no ceio da reprodução do capital. Sendo, portanto, um processo apenas estrutural demonstrando uma situação resultante de um sistema deslanchado por desequilíbrios entre o uso e a capacidade de dispor de recursos na relação sociedade e natureza, na integralidade que forma o ambiente.

10 Trata-se de uma religião fundada oficialmente em Lima em 1968 - Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal – AEMINPU, por Ezequiel Ataucusi Gamonal, juntamente com outros colaboradores como Jeremias Ortiz. Tinham como propósito de viver em regimes comunais, baseando-se em reciprocidades e preceitos bíblicos obtidos por revelações divinas ao seu fundador (SAËNZ, 2014, p. 39-40). Salienta-se que o fundador antes fora praticante da religião católica e depois Adventista do Sétimo Dia.

11 A comunidade Arca de Pacahuara se estabeleceu nesta localidade por volta de 1999/2000, contando com cerca de 500 pessoas, a grande maioria vindas do altiplano da região de Cusco e Cajamarca. Atualmente, estima-se uma população de cerca de 1500 pessoas.

12 Como explica Paula (2014, p. 04) a construção de um “consenso ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978), em torno desse “capitalismo verde” envolve/envolve um amplo leque de representações. Incluem desde aquelas ligadas a agentes econômicos locais e de grandes corporações de capitais transnacionais, até organizações camponesas e indígenas.

13 Estamos entendendo como tal a base econômica mundial que sustenta o Grande Projeto IIRSA, na formação do circuito sul-americano, numa ampla rede que conecta todos seus rincões às saídas para o mercado mundial em ambos litorais (Atlântico e Pacífico).

14 Conforme Paula (2014, p. 04) “trata-se de uma adaptação ao “Consenso de Washington”, onde a “fé” inabalável nos “mecanismos de mercado” figura como referência obrigatória para a modelagem de políticas e estratégias de desenvolvimento, produzindo em consequência, um aprofundamento monumental do processo de mercantilização da natureza. É a esse processo mais geral que estamos denominando como a era do ‘capitalismo verde’”.

15 Tratamos disto, pois uma empresa pode estar noutro continente e fazer a compensação por aqui. Isto logicamente, é bom para o agente do capital de lá e de cá, porém não constitui uma base para a produção local e ainda expropria a pouca que se forma.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, J.L; *et al.* **Atlas regional de Peru:** Madre de Dios. Lima: PEISA: Quebecor World Peru, 2004. Tomo 12.

CALVO, L.F. Once menores de edad fueron rescatados de mafias de trata: En lo que va del año. Acompañó a la policia durante una intervención en tres de estos locales.

El Comercio: sociedad. 2016. p. 01. Disponível em: http://elcomercio.pe/sociedad/madre-de-dios/madre-deios-once-menores-edad-fueron-rescatados-mafias-trata-noticia-1882481?ref=flujo_tags_514817&ft=nota_27&e=imagen. Acesso em: 23 mar. 2016.

CONNECTAS. **Boa via, má vida.** 2020. Disponível em: <http://www.onnectas.org/amazonas/pt/vias3.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CONNECTAS. **Galeria de fotos.** 2016. Disponível em: <http://www.connectas.org/>

- amazonas/es/galeria/gal15e16.html. Acesso em: 23 mar. 2016.
- EMPRESA FAMILIA MAMANI PACAHUARA. **Empresa Agroindustrial Família Mamani Pacahuara SAC**. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/pacahuara/photos/a.238443869855962.1073741830.206109606422722/238443843189298/?type=3&theater>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- GONZALES, S.E. **Oficina de proyecto Agroforestería**. Puerto Maldonado: Gobierno Regional de Madre de Dios, 2013.
- KOPANAKIS, S.C. **Misticismo, cinema e música**: Arca de Pacahuara recebe o Festcineamazônia Itinerante. 2014. Disponível em: <http://cineamazonia.com.br/2014/03/05/misticismo-cinema-e-musica-2/>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- MADRE DE DIOS (Estado). Governo Regional. **Recuperacion de areas deforestadas en la Comunidad de Arca Pacahuara, distrito de Iberia, provincia Tahuamanu, Region Madre de Dios**. Disponível em: <http://www.regionmadrededios.gob.pe/portal/obras-proyectos-recursosnaturales-112638>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- MCEVOY, C. La pampa del horror. **El Comercio**: opinión. 2016. Disponível em: http://elcomercio.pe/opinion/columnistas/pampa-horror-carmen-mcevoynoticia-1915851?ref=flujo_tags_514817&ft=nota_1&e=titulo. Acesso em: 26 abr. 2016.
- MORAIS, M.J.; PAULA, E.A.; SILVA, S.S. da. Pagamento por serviços ambientais, espoliação e transgressões de direitos territoriais na Pan Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. **GT 15: meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável**. 2015. http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_deJesusMorais_AndradeDePaula.pdf. Acesso em: 26 abr. 2016.
- PAIM, E.S. **IIRSA: é esta a integração que nós queremos?** Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra / Brasil, 2003.
- PATEO, R.D. **Direitos humanos e cidadania**: proteção, promoção e reparação dos direitos das comunidades tradicionais. Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2016. v. 13.
- PAULA, E.A. **A dupla face da destruição das florestas tropicais na América Latina e Caribe**: as revelações da “economia verde” no Acre. 2016. Disponível em: http://wrm.org.uy/oldsite/paises/Brasil/A_dupla_face_da_destruicao_das_florestas_tropicais.pdf. Acesso: 26 abr. 2016.
- PAULA, E.A. Entre desastres e transgressões: a chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013.
- PAULA, E.A. **Entre “santas” e “diablos” na Amazônia**: desafios da resistência camponesa e indígena na era do “capitalismo verde”. Projeto de Pós Doutorado. Universidad Nacional de México, 2014. (Não publicado)
- PERU. Ministério do Meio Ambiente do Peru. **Recuperacion de areas deforestadas en la comunidad de Arca Pacahuara, distrito de Iberia, provincia Tahuamanu, region Madre de Dios**. Disponível em: <http://www.regionmadrededios.gob.pe/portal/obras-proyectos-recursosnaturales-112638>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- PROCÓPIO, A. O narcotráfico no espaço social rural da Amazônia. *In*: RIBEIRO, A.M.M.; LULIANELLI, J.A.S. (orgs.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.153-176.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, Clacso, 2005. p.117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 26 abr. 2016.
- SAÉNZ, D.A.T. **Os israelitas**: religião, cultura e migração em espaços amazônicos: o

- caso da AEMINPU em Benjamin Constant, Amazonas. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS/IFCH/PPGAS, Porto Alegre, 2014.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SILVA, S.S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-Acreana**. 2005. 494 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.
- SILVA, S.S. Madre de Dios – Acre – Pando - MAP: um encontro de “Fins de Mundos” no coração da América do Sul. **Revista Mapiense**, Cobija, Herencia, n. 02. p. 25-42, 2015.
- VERDUM, R. Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana. *In*: VERDUM, R. (org.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. p. 13-40.
- WISCHANSKY, E. Pan-Amazônia: um foco sobre os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana na Região. **EXAMÁPAKU: Revista Eletrônica de Ciências Sociais e Relações Internacionais**, Boa Vista: UFRR, v. 2, n. 2, p. 01-10, 2009.